

ATA DE CONFERÊNCIA PROCEDIMENTAL (CP)¹
«**Plano de Urbanização da UP1 de Ferragudo ao Calvário**
- **Alteração para adequação ao RJIGT**».
- Câmara Municipal de Lagoa -

Data e Hora 05.03.2025 10h30	Local Videoconferência	Referências processuais CCDR: Proc. 150.10.400.00002.2026 (Antigo DRA/ANTIGO/1996/33289) Ref.ª PU-08.06.02/1-26 (Antigo PU-08.06(02.03)/1-96) PCGT: ID 1190
--	-------------------------------	--

Peças em análise (constantes na Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial - PCGT - ID 1190)	Proposta de alteração em epígrafe, inserida na PCGT em 15.07.2025 pela CM Lagoa, composta pelos documentos: Cópia da deliberação de reunião de Câmara de 10.12.2024 (prazo prorrogado pela deliberação de reunião de Câmara de 10.02.2026) Termos de referência; Aviso n.º 2439/2025, ; Plano de financiamento (versão setembro 2025); Programa de execução (versão setembro 2025); Regulamento - alteração; Regulamento anexo; Regulamento republicação; Relatório alteração (versão setembro 2025); Planta zonamento; Planta de zonamento outros limites; Planta condicionantes; Planta de compromissos urbanísticos; Planta da REN.
---	---

ENTIDADES CONVOCADAS através da PCGT	REPRESENTANTES PRESENTES
Administração dos Portos de Sines e Algarve, SA	Eduardo Manuel Moutinho
Agência Portuguesa do Ambiente, IP/Administração da Região Hidrográfica do Algarve (APA/ARH)	Carlos Martins Zélia Martins Jack Alpestanda
Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil	Susana Pais
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, IP (CCDR)	Jorge Botelho (Vice-Presidente) Jorge Eusébio Manuel Vieira Isabel Neves Maria João São Braz Ana Costa Patrícia Silva
Direcção-Geral do Território	Não compareceu, mas justificou (por email, de 03.03.2026), e inseriu parecer na PCGT.

¹ No âmbito do n.º 3 do artigo 86º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) – DL n.º 80/2015, de 14 de maio, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 117/2024, de 30 de dezembro.

Docapesca - Portos e Lotas	Não compareceu
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, IP/ Direção Regional da Conservação da Natureza e Florestas do Algarve ((ICNF/DRCNF)	Paulo Correia Ana Rita Encarnação
Infraestruturas de Portugal, IP	Alexandra Brito Rosário Rocio
Património Cultural, IP	Rita Ramos
Turismo de Portugal, IP	Marta Lazana

ENTIDADE CONVIDADA	REPRESENTANTES PRESENTES
Câmara Municipal de Lagoa	Nelson Marques Tiago Sousa

A Conferência Procedimental decorreu com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- Abertura da reunião com breve nota sobre o funcionamento da mesma;
- Esclarecimentos da Câmara Municipal;
- Posição das entidades sobre os documentos em apreciação;
- Conclusões.

1. Abertura da reunião com breve nota sobre o objeto da mesma

A reunião foi presidida pelo Vice-Presidente Dr. Jorge Botelho², que abriu os trabalhos, os quais foram dirigidos pelo Arq. Jorge Eusébio³, diretor da Unidade de Ordenamento do Território, desta CCDR, o qual fez uma breve nota explicativa sobre o objeto e a forma de funcionamento da mesma.

Seguiu-se a identificação dos representantes das entidades presentes, encontrando-se garantida a legitimidade para vincularem os respetivos serviços e entidades, uma vez que a tramitação do presente plano decorre na PCGT.

2. Esclarecimentos da Câmara Municipal

Foi passada a palavra ao representante da CM de Lagoa, Tiago Sousa, que agradeceu a colaboração das entidades através dos pareceres emitidos. Mais foi referido que este procedimento de alteração visa a adequação do plano de urbanização ao novo enquadramento legal.

² Designado nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 47-A/2026, 27/02, DR 41- 1S.

³ No uso da subdelegação de competências, conforme Despacho (extrato) n.º 13624/2025, de 18/11, DR 223- 2S.

3. Posição das entidades

ENTIDADES	PARECERES
Administração dos Portos de Sines e Algarve, S.A.	Parecer favorável , nos termos do ofício sobre o assunto: PCGT - ID 1190 - Plano de Urbanização da UP1 de Ferragudo ao Calvário (adequação ao RJIGT), de 04.03.2026, inserido na PCGT.
APA/ARH Algarve	Parecer favorável condicionado à proposta de alteração do PUUP1-FC, identificando-se matérias que merecem atualização/correção, com repercussão ao nível do regulamento e peças desenhadas. São ainda apontados vários aspetos a ponderar que devem ser entendidos como recomendações; Parecer favorável no âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) , aceitando a não sujeição da alteração do PU UP1 ao procedimento da mesma; Parecer favorável condicionado à proposta de alteração da REN na área de intervenção do PUUP1-FC, considerando que são aceites as "alterações" dos polígonos de exclusão delimitados na revisão do PDM (n.º 34, 36, 67, 72 e 94), devendo ser dada atenção aos aspetos a corrigir; e que não são aceites as "novas" propostas de Exclusão (n.º 97, 98 e 99), conforme justificado nos quadros 3 a 5., nos termos da Informação n.º: I003188-202602-ARHALG.DPI, de 27.02.2026, inserida na PCGT.
ANEPC	Parecer favorável , com recomendações, nos termos do ofício n.º OF/1081/CREPC02/2026, de 13.02.2026, inserido na PCGT.
CCDR Algarve, IP	Parecer favorável à proposta de alteração do PUUP1-FC, com as recomendações constantes dos pontos IV/4.1, 4.2., 4.3., 4.5, 4.6 e 4.7; Acompanhar a justificação apresentada pela CML para a dispensa do procedimento da avaliação ambiental estratégica da alteração do PUUP1-FC em apreço, atento ao exposto informação n.º I01411-202602-INF-AMB, de 24.02.2026, a que alude o ponto IV/4.8.; Parecer favorável condicionado à proposta de alteração da REN na área de intervenção do PUUP1-FC, nos termos da informação n.º I01462-202602-INF-ORD, de 26.02.2026, a que alude o ponto IV/4.9.1.; nos termos do despacho de 27.02.2026, exarado sobre a informação n.º I01470-202602-INF-ORD, de 27.02.2026 e respetivos anexos, inserida na PCGT.

DG Território	Parecer favorável condicionado à proposta de alteração do PUUP1-FC, devendo ser corrigidos os requisitos 2.11, 2.12, 2.14 e 2.16 de 2. Cartografia. Recomenda ainda o referido em 3. Limites administrativos, nos termos do ofício n.º S-DGT/2026/490, de 13.08.2025, inserido na PCGT.
Docapesca - Portos e Lotas	Parecer favorável – Não manifestou a sua posição, sendo por este motivo assumida a respetiva concordância (n.º 3 do art.º 84.º do RJIGT).
ICNF/DRCNF Algarve	Parecer favorável condicionado à proposta de alteração do PUUP1-FC, nos termos do ofício n.º S-006441/2026, de 2.03.2026, inserido na PCGT.
Infraestruturas de Portugal, IP	Parecer favorável condicionado , à proposta do PUUP1-FC, nos termos do ofício saída n.º 007- 4989675, de 4.03.2026, inserido na PCGT.
Património Cultural, IP	Parecer favorável condicionado à proposta de alteração do PUUP1-FC, fundamentado nos pontos 4.1., 4.2., 4.,5. e 5.2. a 5.4. do parecer da arqueologia, nos termos do despacho de 1.03.2026, exarado na informação CS67319 - n.º 2026/1(070), de 27.02.2026, inserida na PCGT.
Turismo, IP	Parecer favorável condicionado à proposta de alteração do PUUP1-FC, devendo ser retificadas as questões de legalidade, de compatibilidade com IGT e de cariz técnico, identificadas na Parte IV do Parecer e fundamentadas na Parte III, nos termos do ofício n.º SAI/2026/2623/DRO/DEOT/SS, inserido na PCGT.

4. Conclusões

Face à posição transmitida pelos representantes das entidades presentes e dos pareceres emitidos à proposta de alteração do Plano de Urbanização da UP1 de Ferragudo ao Calvário (PUUP1-FC) em apreciação, à justificação apresentada pela CML para a dispensa do procedimento da avaliação ambiental estratégica da alteração e à proposta de alteração da REN, em resultado desta Conferência Procedimental conclui-se:

- a) Relativamente **à proposta de alteração do PUUP1-FC, emissão de parecer favorável condicionado**, com fundamento nos pareceres emitidos pela Direção Geral

do Território, pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas / Direção Regional da Conservação da Natureza e Florestas do Algarve, pelas Infraestruturas de Portugal, IP, pelo Património Cultural, IP, pela Agência Portuguesa do Ambiente/ Administração da Região Hidrográfica do Algarve e pelo Turismo de Portugal, IP, devendo a Câmara Municipal ponderar os pareceres emitidos pelas entidades consultadas que apresentam condições/ recomendações;

- b) Relativamente **à Avaliação Ambiental Estratégica, acompanhar a justificação apresentada pela CML para a dispensa do procedimento.**
- c) Relativamente **à REN, emissão de parecer favorável condicionado às propostas de exclusões**, nos termos dos pareceres emitidos pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, I.P e pela Agência Portuguesa do Ambiente/ Administração da Região Hidrográfica do Algarve.

Mais se registou a disponibilidade das entidades para participarem em reuniões técnicas, quando solicitadas pela Câmara Municipal de Lagoa, nomeadamente no âmbito da REN.

E nada mais havendo a referir, o Arq.º Jorge Eusébio, deu por encerrada a conferência, tendo sido lavrada a presente ata, passando a mesma a ser lida e aprovada pelos intervenientes presentes, também por videoconferência, e a ser assinada pelo representante da CCDR Algarve, IP e pelo representante da Câmara Municipal de Lagoa, com acordo dos demais intervenientes na reunião.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, IP

Câmara Municipal de Lagoa

Administração dos Portos de Sines e Algarve, SA

(Eduardo Moutinho - por videoconferência)

**Agência Portuguesa do Ambiente, IP/Administração da Região Hidrográfica do
Algarve**

(Carlos Martins - por videoconferência)

Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil

(Susana Pais - por videoconferência)

Docapesca - Portos e Lotas

(Pedro Peixeiro)

**Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, IP/ Direção Regional da
Conservação da Natureza e das Florestas do Algarve**

(Paulo Silva- por videoconferência)

Infraestruturas de Portugal; IP

(Rosário Rocio)

Património Cultural, IP

(Rita Ramos - por videoconferência)

Turismo de Portugal, IP

(Marta Lazana - por videoconferência)

Nota: Os pareceres referidos no texto encontram-se na PCGT.